

“DESINVIBILIZANDO AS MULHERES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO INTERNO”: INTERFACES ENTRE MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO

*Guélmer Júnior Almeida de Faria¹
Maria da Luz Alves Ferreira²
Andrea Maria Narciso Rocha de Paula³*

Resumo:

Este artigo tem por objetivo contribuir para a visibilidade da componente feminina em contexto migratório interno, na perspectiva das relações de gênero e do trabalho. Aborda-se o termo migração, entendendo-o como um processo. Trata-se de um estudo exploratório da inter-relação entre as mudanças nos sistemas sociais de gênero e a mobilidade feminina. As considerações sobre as migrações internas de mulheres terão por referência um estudo exploratório com investimento bibliográfico e um estudo feito pelo Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG) que integra o projeto de estruturação de um amplo Programa de Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base no Censo Demográfico de 2010. Concatena-se a este estudo uma pesquisa qualitativa realizada com 6 mulheres de uma comunidade rural do Distrito de Muquém no município de Mirabela-MG, utilizando a observação participante e entrevistas em profundidades. Considera-se para a mobilidade feminina a emancipação das mulheres nas suas comunidades de origens, a predominância da “feminização da pobreza” e a segmentação do mercado de trabalho. O que há por trás das migrações femininas tem a ver com o curso da vida, com o empoderamento, ciclo de vida, estratégias, formação de redes dessas mulheres.

Palavras-chave: migração interna, razão de sexo, relações de gênero, trabalho, taxa líquida de migração.

Área: Demografia

¹ Doutorando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. Estudante de disciplina isolada sobre Métodos Qualitativos aplicados à Demografia no Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: guelmerjrf@yahoo.com.br

² Doutora em Ciências Humanas (UFMG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: madaluz@oi.com.br

³ Doutora em Geografia (UFU). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: andreapirapora@yahoo.com.br

Introdução

Neste trabalho abordamos o termo migração, entendendo-o como um processo. Trata-se de um estudo exploratório da inter-relação entre as mudanças nos sistemas sociais de gênero e a mobilidade feminina. As migrações de mulheres sempre foram objeto à margem dos estudos sociológicos. O papel assumido por muitos pesquisadores foi de que a mulher era apenas uma companheira nesse processo migratório, sem autonomia. Por muito tempo, as migrações masculinas ditaram as tendências teóricas e incluíram as mulheres apenas como cônjuge.

No entanto, Pacecca e Courtis (2013) perceberam a inclusão da feminização às correntes migratórias, a partir da década de 50 e 60, a partir de uma clara tendência a nível mundial de incorporar gênero nas teorias da migração internacional, adotando a variável “mulher” e a exploração dos modos como o gênero incide sobre a multiplicidade de fatores que estão em jogo no fenômeno migratório.

“Gender is deeply embedded in determining who moves, how those moves take place, and the result futures of migrant women and families. If international migration theory is to incorporate gender appropriately and effectively, it must take into account the subtle as well as the obvious factors that coalesce to create different experiences all along the migration spectrum. Further defining and understanding these forces and outcomes will greatly enhance theoretical grounding of international migration in general and the individual experiences of migrant women around the world.” (Boyd e Grieco, 2003, p. 61).

A tentativa ao aglutinar os marcadores de diferenças por sexo e as relações de gênero a contextos migratórios internos, deve se ater para além das descrições das diferenças entre homens e mulheres, Peres (2009) aponta que as teorias de migração avançam no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho.

Neste processo estão imbuídos pontos importantes para pensar as interseccionalidades presentes em constantes mudanças, sejam através dos papéis de gênero, as redes estratégicas de migração e a consequente inserção em mercados de trabalho atrelados à função dos migrantes. E quando se pensa no segmento feminino essas estruturas provocam profundas transformações.

Para Morales (2004) as fontes de informação sobre migração internacional são heterogêneas e não capta a totalidade das múltiplas dimensões do fenômeno, uma das

dimensões de gênero, limita-se a variável quantitativa de sexo (número de homens, mulheres migrantes). Se gênero é uma construção social que organiza as relações entre homens e mulheres, gênero atravessa e condiciona todos os aspectos da vida social, configurando de maneira diferente as experiências migratórias de cada sexo. Deste modo, a migração desconhece a contribuição da mulher para a economia, política e a vida social.

Neste sentido, Lisboa (2007) ressalta a importância de considerarmos a perspectiva de gênero nas migrações, ou seja, levar em conta que os fatores que originam e estimulam a migração de homens e mulheres são diferentes.

Na visão de Sertório e Santos (2012) o gênero é analisado como um princípio classificatório que atravessa o movimento migratório e que, juntamente com outras categorias como “classe”, “geração” e “etnia”, configura as oportunidades de mulheres e homens migrantes. O processo migratório funciona muitas vezes como um elemento fundamental para a rearticulação das relações familiares e de gênero.

Logo, pensar na migração feminina e sua interconexão com a esfera do trabalho, pode-se perceber que é o trabalho doméstico, um dos alvos adotado pelas mulheres para se ingressarem no mercado de trabalho e com isso garantir sua reprodução da vida. Diante, de tais constatações o objetivo deste artigo é o de contribuir para a visibilidade da componente feminina em contexto migratório interno, na perspectiva das relações de gênero e do trabalho.

Metodologia:

Neste artigo, as considerações sobre as migrações internas de mulheres terão por referência um estudo exploratório com investimento bibliográfico e um estudo feito pelo Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG) que integra o projeto de estruturação de um amplo Programa de Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base no Censo Demográfico de 2010.

De acordo com Mason (1995) a implicação, portanto, é que os regimes demográficos modernos pode ser uma condição prévia para a mudança de gênero. Embora a pesquisa quantitativa sobre como a mudança demográfica influencia sistemas de gênero é praticamente inexistente, há uma razão para pensar que a transição

demográfica pode servir como uma condição prévia para a transição de gênero em muitas partes do mundo.

Para Peres e Baeninger (2012), tomando as mulheres como agentes secundários de processos migratórios, invisíveis em suas especificidades, implicam em ignorar complexidades e heterogeneidades. Pois, para Morokvasic e Erel *apud* Peres e Baeninger (2012, p. 5), “o atual contexto dos fenômenos migratórios obriga a construção de novos olhares e perspectivas.”.

Construir uma metodologia para o estudo da migração feminina nada mais é do que buscar uma forma de refletir empiricamente os recentes avanços teóricos resultantes da intersecção dos debates dos estudos de gênero e migração. Neste sentido, as “fontes de dados tradicionais” (Maguid, 1995) muitas vezes, por sua própria concepção, periodicidade, cobertura ou definição de conceitos, não se aplicam a um fluxo migratório feminino. Faz-se necessário, então, lançar mão de outros recursos metodológicos que superem as limitações dos censos demográficos. (Peres e Baeninger, 2012, p. 9).

Logo, concatena-se a este estudo uma pesquisa qualitativa realizada com 6 mulheres de uma comunidade rural do Distrito de Muquém no município de Mirabela-MG, os sujeitos da pesquisa são mulheres escolhidas por amostra por conveniência e informantes chaves, famílias de origem, empregadores e através dos testemunhos dos pesquisados. Como nos propusemos a pesquisar um grupo de mulheres migrantes que participasse no trabalho doméstico urbano, pareceu-nos viável identificar na comunidade de origens informantes privilegiados, que pudessem apontá-las. A técnica de pesquisa principalmente utilizada é a da observação participante fundada nas entrevistas em profundidade e no convívio com os informantes.

“Desinvibilizando”: Migração feminina e relações de gênero

O fenômeno migratório é fundamentalmente de caráter interdisciplinar, uma vez que permite interpretações de variadas ordens: demográfica, econômica, política, psicológica, cultural e/ou sociológica. No contexto das migrações, uma vertente que vem chamando a atenção dos estudiosos e demais interessados na temática da mobilidade humana e áreas afins é a questão de gênero.

A intenção assumida neste estudo foi contrariar nas palavras de Marques e Góis (2012) “ a cegueira de gênero das migrações” abandonando a tendência para assumir que o papel da mulher migrante é de subordinação ao homem durante o processo migratório.

Primeiramente, a intenção aqui é apenas localizar a discussão em torno da questão da mulher e sua inserção no trabalho doméstico. Não se trata de um estudo de gênero, mas de mulheres. O esforço é desnaturalizar o que é ser homem e mulher. Desta forma, trazer para o debate questões sobre a condição da mulher.

Vários autores vêm se debruçando sobre a perspectiva relacional do conceito do que é gênero. Uma das mais célebres é Joan Scott (1989) que o definiu como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Ou seja, é o sexo social do corpo, visto como categoria analítica.

A Antropologia caracteriza “gênero” como a forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos.

Para além da diversidade biológica segundo Pierrucci *apud* Casagrande e Carvalho (2005, p.10) trata-se de uma classificação cultural com base no sexo, sexo é a base biológica sobre a qual se constrói o gênero. Desta forma, um corpo sexuado como fêmea é culturalmente percebido e socialmente construído como feminino.

Para a Sociologia, as relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construído em cada sociedade, ao longo de sua história, para atribuir significados, símbolos e diferenças a cada um dos sexos. (CASAGRANDE E CARVALHO, 2005).

Saffioti (1999) chama a atenção em seu livro *O poder do macho* para as relações de poder da nossa sociedade. Segundo ela há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira.

Deste modo, para esclarecer qualquer confusão terminológica, fêmea é o sexo biológico, feminino são modos, maneirismos e comportamentos idealizados das mulheres num lugar e época específicos, que podem também ser adotados por homens. Feminista define uma posição ou agenda política.

Os estudos sobre mulheres foram os grandes responsáveis pela introdução da categoria gênero na academia. Gênero, portanto, não significa “coisa de mulher” sim,

uma perspectiva relacional aos homens. A partir da década de 80, surgem as contradições em relação ao próprio gênero, fragmentando-se, e a necessidade de desnaturalizar a condição da mulher na sociedade. Gênero passa a ser entendido como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. Na década de 90 assume a perspectiva de homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais, raça, dependendo do lugar de onde esse sujeito fala. A hierarquia de gênero independe do corpo, mas do seu contexto.

Para Durkheim, o estabelecimento orgânico de uma solidariedade social traz em si uma noção de complementariedade de papéis e funções sociais. De acordo, com o autor, a divisão do trabalho se dá também de forma sexuada, ou seja, aos homens e mulheres são atribuídas diferentes funções dentro da sociedade.

Segundo Bourdieu (1999) a “dominação masculina” é resultante de uma espécie de violência suave, imperceptível, que se coloca na ordem das coisas, isto é, que é vista como normal, natural, inclusive pelas suas próprias vítimas. A “dominação masculina”, que foi construída socialmente, está calcada e se utiliza da “diferença biológica” entre os sexos, para justificar a sua suposta naturalidade.

Na visão de Angelin (2012) a mulher na sociedade, especificamente em nossa sociedade enquanto sujeito social, faz parte de um sistema estruturado e pautado por subordinação da mulher em relação ao homem, já que a ele são atribuídos aspectos de positividade e à mulher aspectos de negatividade.

Para Kergoat *apud* Nalu (1996) há que se fazer uma crítica ao uso meramente descritivo de gênero. Para ela, gênero deve ser trabalhado com o conceito de divisão sexual do trabalho, pois esta se encontra “no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres”.

Na divisão sexual do trabalho percebe-se a dimensão do conflito, das relações de dominação versus subordinação. Os estudos de gênero focam nesse ponto, desmistificando as diferenças biológicas delimitando por uma visão sócio-histórica.

Hirata (2007) esclarece que a internacionalização do trabalho reprodutivo como uma das consequências da externalização crescente do trabalho doméstico em regiões mais favorecidas engendra uma relação em que a servidão doméstica esta sempre presente. É uma mulher fazendo o trabalho doméstico para que outra mulher possa de fato fazer parte do mercado de trabalho. A razão dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações

sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero.

E o que é mais alarmante é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico.

Os estudos sobre o fenômeno da migração na visão de Coutinho *et al.* (2008) receberam ao longo da história a atenção voltada para as migrações ditas laborais e para seus atores masculinos, pois o papel produtivo foi-lhes historicamente outorgado. Embora a imigração feminina acompanhe a história dos fluxos populacionais, nos estudos sobre este fenômeno anteriores a 1980, a participação feminina foi considerada como simples migrante dependente.

Para Peres e Baeninger (2012) ao incorporar os diferenciais por sexo bem como as relações de gênero às análises de fluxos migratórios, indo além da descrição das diferenças entre homens e mulheres, as teorias de migração avançam no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho.

Deste modo Neto e Nazareth (2012) traz um importante contributo sobre a força e representatividade com que as mulheres vêm aparecendo nos números e nas discussões sobre migração no mundo globalizado faz com que muitos especialistas venham falando de *feminização dos fluxos migratórios* ou dos *deslocamentos populacionais* (Bilac, 1995; Lisboa, 2007), tornando necessária uma reflexão mais profunda sobre as especificidades da migração feminina, abordando fatores de vulnerabilidade e desigualdade, quanto à abertura de possibilidades e transformações na estrutura social, familiar e do trabalho.

No Brasil, segundo Chaves (2006) apesar do reconhecimento da intensa participação das mulheres nas migrações internas, a migração feminina não mobilizou nenhum estudo mais específico sobre o tema, à exceção de Cackley (1993) que, sob a ótica econômica dos diferenciais salariais nos locais de origem e destino, compara as probabilidades de migrar para mulheres e homens casados(as) e solteiros(as) e Camarano e Abramovay (1998) que abordam a migração feminina rural urbana a partir do envelhecimento demográfico e do alto índice de masculinidade das áreas rurais.

Assim, Marques e Góis (2012) chamam a atenção para a subestimação do número de mulheres migrantes. Acrescentam que falar de uma “feminização” das migrações não é falar apenas de um aumento quantitativo da presença de mulheres nos

fluxos migratórios, mas, de uma série de mudanças qualitativas das suas motivações, dos meios e formas também da migração feminina, dos processos de inserção econômica ou de sua integração social, do seu contributo social econômico, bem como de uma visibilidade da importância do papel do gênero nos processos migratórios.

Um rosto novo da migração?: Interfaces entre trabalho, gênero e migração

Após anos de invisibilidade feminina, mas, como importante ator no cerne das mudanças contemporâneas, hoje, percebe-se o reconhecimento dos direitos das mulheres nas distintas dimensões de suas trajetórias, ciclo e curso de suas vidas, tanto a nível público quanto privado. O próprio trabalho doméstico remunerado passou da esfera domiciliar para ganhar *status* de política pública. E nesta ótica as mulheres vêm ganhando notoriedade dentro dos processos históricos e sobreposto a isto a questão de gênero.

Entre as mudanças demográficas que ocorreram recentemente no Brasil, observam-se a concentração da população em áreas urbanas, a diminuição das taxas de fecundidade e mortalidade e a tendência de envelhecimento populacional. (SNIG, 2014).

Segundo o Censo do IBGE de 2010, entre os 4.643 mil indivíduos que migraram entre as Unidades da Federação nos 5 anos antes do Censo, 2.363 mil eram homens e 2.280 mil, mulheres. A maior parte dos migrantes era formada de adultos jovens, de 20 a 29 anos de idade, cujo percentual atingiu 31,5% do total de migrantes. Em seguida, representando 19,8% dos migrantes, figuram aqueles de 30 a 39 anos de idade.

Embora os homens continuem a migrar mais do que as mulheres, estas possuem significativa contribuição no movimento migratório, sobretudo na faixa etária de 20 a 29 anos de idade. Desta forma, uma das explicações se manifesta pela escassez de oportunidades de trabalho para as mulheres em comunidades rurais como no Distrito de Muquém – Mirabela – MG. Mas também, como salienta Lisboa (2007) as mudanças relacionadas à condição feminina e a uma maior conscientização das mulheres, que não apenas ambicionam uma vida melhor em termos objetivos, como trabalho e estudos, mas também em termos subjetivos, como a tentativa de romper com situações de opressão, discriminação e violência.

A composição sexual dos fluxos migratórios apresenta interessantes variações regionais e históricas que impõem um olhar diferenciado sobre os dados de migração. É possível constatar que a contribuição da migração para a população ao final do período, medida pela taxa líquida de migração, foi menor que 1,0% nas Regiões Norte, Sudeste e Sul, enquanto, na Região Nordeste, registrou-se ligeira perda de 1,32% e, na Região Centro-Oeste, chegou a 2,0% de ganho populacional para os homens. Isso mostra que, em termos regionais, a migração não apresentou grande contribuição para o estoque final da população no quinquênio (2005-2010) analisado, a não ser para a Região Nordeste, onde a população diminuiu em pouco mais de 1,0% no período, devido à migração e, para a Região Centro-Oeste, cuja população aumentou em 1,87% (Tabela 01). (SNIG, 2014).

Tabela 01. Taxa líquida de migração (%)

Região	Sexo		Total
	Homem	Mulher	
Norte	0,38	0,07	0,23
Nordeste	(-) 1,46	(-) 1,18	(-) 1,32
Sudeste	0,43	0,38	0,41
Sul	0,30	0,26	0,28
Centro-Oeste	2,00	1,74	1,87

Fonte: SNIG, 2014 adaptado por Guélmer Faria

Na visão de Baeninger (2011) a continuidade das mudanças nos movimentos migratórios, e as tendências na migração interna no Brasil nos anos 90 apontaram:

- 1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas;
- 2) mantiveram-se como área de absorção de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;
- 3) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos;

4) houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de população, mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

A análise dos movimentos migratórios, em anos recentes indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

A partir do Censo Demográfico de 2010, pode se perceber os fluxos migratórios como enfraquecidos ou renovados com novas áreas de absorção migratória. A imigração está diminuindo. Existe um maior espalhamento (dispersão) da migração interna, os novos polos de atração migratória são: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Região metropolitana de Curitiba, Centro Goiano, Oeste do Paraná, Ribeirão Preto e Norte Mato-Grossense.

Brito (2015, p. 21) sinaliza que “os dados da série histórica incorporando a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI revelam um aparente paradoxo: mudança no padrão migratório e a manutenção das principais trajetórias migratórias. De fato, as trajetórias se mantêm, mas quase todas apresentam a novidade: além do fluxo, um expressivo contra-fluxo”. E esses contra-fluxos são alimentados pelo aumento na reemigração interestadual de retorno, um fenômeno marcante nas mudanças ocorridas no padrão migratório. (BRITO, 2015).

Salientando uma mudança no padrão migratório que até a década de setenta se pretendia dominante. Revelando estados e regiões como diferentes bolsões de absorção ou expulsão dos fluxos migratórios.

As diferenças verificadas na percentagem do gênero feminino entre as principais regiões são, desde logo, um indício sobre a variedade que podemos deparar quando analisamos a feminização das migrações internas no Brasil. Essa abordagem inclui cada vez mais processos motivados pela “busca por trabalho”, tornando importante a análise das condições que determinam e influenciam a entrada das mulheres migrantes no mercado de trabalho. Obviamente, não devemos descartar o item “acompanhar a família” como um dos motivos da migração também. De fato, percebe-se a migração de jovens para a cidade, segundo o relato de uma das entrevistadas:

“Lá é difícil pra ficar, assim quem quer trabalhar e conseguir alguma coisa, tipo estudar tem que sair se não lá não dá para conseguir nada não, porque não tem serviço é difícil”. (Aparecida, 21 anos).

Para Tavares (2005), pela falta de opção de trabalho para as jovens nas pequenas cidades de onde vieram, as migrações do emprego doméstico passam de temporárias a definitivas.

O trabalho doméstico de jovens é uma realidade mundial, segundo Félix (2010), praticado especialmente em países de Terceiro mundo, por se tratar de atividade de fácil inserção no trabalho precoce e serve de porta de acesso ao trabalho, principalmente as jovens migrantes do interior que não encontram trabalho em sua região.

“Eu gosto do que faço. Eu arrumo casa e lido na cozinha, gosto das condições de trabalho, minha patroa não se mete nas minhas coisas. Eu acho que é um trabalho como qualquer um, apesar de ter gente que julga, né? Mas que é um trabalho como qualquer um, que dá futuro.” (Aparecida, 21 anos).

“Quando eu falei pros meus pais que ia arrumar serviço de doméstica em Montes Claros, minha família me apoiou, a gente já sabia que tinha umas meninas indo, eu fui também.” (Penha, 23 anos).

A socialização de muitas mulheres no âmbito doméstico se dá via processo de re(produção) dos papéis das mães, avós, bisavós. Quando se trata de um ambiente em que pesa a situação econômica, a pobreza, o desemprego, a falta de oportunidade, o trabalho doméstico acaba por representar um “trampolim”. Muito comum, no Brasil, o apadrinhamento, o “ajudar para estudar”; de meninas da zona rural para atuarem como serviçais nas casas das famílias de classe média e alta. Entre as entrevistadas a primeira atividade na cidade foi trabalhar como doméstica.

O emprego de meninas do interior como empregadas domésticas é legitimado tanto pelas famílias de origem como pelas famílias “que acolhem”, como estratégia viável para sustentação das famílias e único meio possível para sair dos lugares em que vivem rumo à “cidade grande”, lugar desejado para aqueles que há muitas gerações buscam na migração a “saída” para os seus problemas. (OIT/BRASIL, 2002).

As formas migratórias adotadas por ambos os sexos acabam por segmentar e subsidiar a mobilidade sociolaboral, os homens ocupam-se na sua maioria na construção civil, no comércio, nos transportes e armazenagens, no saneamento e limpeza e nas indústrias transformadoras. As mulheres concentram-se nos serviços pessoais e domésticos e de cuidado, presentes em atividades ligadas a restaurantes e hotéis, saneamento e limpeza, comércio e serviços sociais. (MARQUES e GÓIS, 2012).

A análise das razões de sexo dos imigrantes e dos emigrantes, ou seja, da composição por sexo dos fluxos de entrada e saída das Grandes Regiões, mostra a contribuição da migração para alterações na distribuição regional de homens e mulheres. Na Região Norte, entraram 113,9 homens para cada 100 mulheres, enquanto saíram desta mesma região 95,9 homens por 100 mulheres (Tabela 02). Isso mostra que a migração intensifica a concentração de homens nesta região, uma vez que entraram mais homens que mulheres e saíram mais mulheres que homens. (SNIG, 2014).

Tabela 02. Pessoas de 5 anos ou mais de idade que residiam na Grande Região em 31.07.2005 e deixaram de residir, segundo o local de residência em 31.07.2005

Região	Total	Nº de mulheres	Nº de homens	Razão de sexo
Norte	260 670	127 579	133 091	95,9
Nordeste	1 272 413	669 609	602 804	111,1
Sudeste	838 080	431 832	406 248	106,3
Sul	268 892	137 032	131 860	103,9
Centro-Oeste	341 240	171 498	169 742	101,0

Fonte: SNIG, 2014 adaptado por Guélmer Faria

Para Peres e Baeninger (2012) a incorporação das diferenças marcadas entre homens e mulheres na migração, demonstra a importância das diferenças socialmente construídas ao longo das trajetórias migratórias. A perspectiva regional se acentua sendo transposta e corporificada em certa autonomia. As pesquisas sobre o deslocamento dos jovens apontam como fatores: as dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e o trabalho e a atração do jovem pelo meio urbano, sobretudo, pelo estilo de vida urbano.

“Lá tem escola eu estudei, do 1º ao 2º grau tudo lá, mas depois não tem mais nada pra fazer, tem que ir buscar formação em outra cidade”. (Aparecida, 21 anos)

“Vontade de vim para trabalhar, conseguir minhas coisas, estudar. Que até hoje ainda não consegui estudar, vou começar a estudar se Deus quiser”. (Janaina, 20 anos).

“Eu vejo assim, Montes Claros como uma cidade que gera muito emprego e que eu acho assim que tem futuro e aqui igual te falo é a cidade do estudo, que aqui é bem mais fácil para estudar e arrumar serviço”. (Socorro, 26 anos).

Nas demais regiões, a razão de sexo para imigrantes e emigrantes foi sempre superior a 100, o que quer dizer que o fluxo migratório foi sempre mais intenso para homens que para mulheres. Na Região Nordeste, que apresentou saldo migratório negativo, a razão de sexo dos emigrantes (saída) foi maior que a dos imigrantes (entrada), o que significa que proporcionalmente saíram mais homens que mulheres desta região, contribuindo para diminuir a participação de homens que nela permanecem, diminuindo, assim, a razão de sexo. Nas Regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, o saldo migratório foi positivo, sendo que a razão de sexo dos imigrantes (entrada) foi maior que a dos emigrantes (saída), resultando em uma entrada maior de homens em relação às mulheres. No entanto, como mencionado anteriormente, uma vez que a taxa líquida de migração para as regiões foi baixa, o efeito final da migração sobre o indicador da razão de sexo, mesmo sendo diferencial por sexo, foi marginal (Tabela 03). (SNIG, 2014).

Tabela 01. Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam na Grande Região em 31.07.2005, segundo o local de residência atual

Região	Total	Nº de mulheres	Nº de homens	Razão de sexo
Norte	297 152	138 911	158 240	113,9
Nordeste	571 335	280 965	290 371	103,3
Sudeste	1 163 575	563 289	600 287	106,6
Sul	345 184	167 909	177 275	105,6
Centro-Oeste	604 048	292 671	311 377	106,4

Fonte: SNIG, 2014 adaptado por Guélmer Faria

De acordo com Brito (2015, p. 24) as antigas regiões que até os anos setenta cumpriam os seus papéis de reservatórios de mão de obra ou de absorção de mão de

obra necessária ao crescimento da economia urbana industrial, ou à expansão da fronteira agrícola e mineral, hoje já não exercem mais exclusivamente esses papéis. Contudo, a persistência das grandes trajetórias migratórias impede, por exemplo, que São Paulo deixe de ser o estado que mais receba imigrantes e que os estados nordestinos, em seu conjunto, e Minas Gerais, em particular, deixem de ser grandes fornecedores de emigrantes interestaduais.

As desigualdades regionais em parte reforçam os movimentos migratórios que acompanham o processo de industrialização via expansão do capitalismo. O binarismo socioeconômico, há anos postulado por análises comparativas entre as regiões Nordeste e Sul do país, acaba por influenciar as fronteiras intra-regionais e tem efeito direto sobre o capital humano e a migração.

Assim, Montes Claros possui uma população com mais de 344.000 habitantes na zona urbana e menos de 18.000 habitantes na zona rural (IBGE/2010), apresentando um índice de urbanização de cerca de 95%. Essa cidade se destaca no contexto regional, como principal polo, e sua área de influência ultrapassam os limites da mesorregião Norte de Minas Gerais.

Montes Claros possui uma forte atração de migrantes, pois é uma característica comum das cidades médias⁴ brasileiras. Esse tipo de cidades apresenta desde a década de 1990 um crescimento demográfico acima da média nacional.

Como caracteriza Batista (2010, p. 14):

O Norte de Minas Gerais é visto no imaginário nacional como terra de pobres, uma espécie de viveiro de migrantes, que saem de seus lugares de origem para trabalhar nas cozinhas de famílias de classe média de Brasília (DF), nas grandes plantações do cerrado brasileiro, na construção civil das grandes cidades e em outras ocupações que requer baixa qualificação profissional, como salões de cabeleireiro, atendente de telemarketing e de postos de gasolina em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Diante disso, a migração é parte de uma estratégia de reprodução social. Maia (2000) analisando as migrações camponesas no Vale do Jequitinhonha, diz que a migração em suas diversas modalidades sempre foi utilizada como estratégia para

⁴ Conforme Pereira (2007) o conceito de cidade média não possui uma definição teórica precisa, entretanto, é baseada no processo produção do espaço urbano, na expansão e descentralização econômica e na sua importância no contexto local e regional.

reprodução social de grupos camponeses e de cada família em particular. Ela se apresenta como recurso tradicional para aliviar tensões econômico-sociais.

Deste modo, os migrantes do norte de Minas Gerais, determinam em suas comunidades o calendário e o tempo da migração ditada pelos períodos em que homens e mulheres vão à busca de trabalho para garantir a reprodução de suas famílias. Por isso, o *ficar* e o *partir* têm em si significados simbólicos cujo motivo é dado pelo econômico.

Assim é possível falar em tempos da migração, que segundo Batista (2010) os que “*estão lá*” interferem na vida dos que “*estão aqui*”. Há, portanto, uma conexão dos que saem e os que ficam. São partes complementares. Como numa trama da rede, essas partes se entrelaçam. Uma é parte contínua da outra. Compreender a circularidade dessa população é uma tentativa de não cair no simplismo.

No livro *a Casa e a Rua*, Roberto da Matta faz uma reflexão sobre o que é o tempo da casa e o tempo da rua (linear), tempo e espaço se constrói e ao mesmo tempo, são os homens em sociedade que os cria. Deste modo, Da Matta diz que (1997, p. 22) “não há sistema social onde não exista uma noção de tempo e outra de espaço”.

No Quadro 03, notam-se os tempos da migração, o tempo da casa é a saída do presente, é o “deixar” a família, os amigos, tem uma duração cíclica que se reproduz todas as vezes que alguém “deixa” a casa ou entra em casa. O tempo da rua é linear, é a volta ao passado, tem duração cumulativa e histórica. Possui uma temporalidade impessoal que não dá nenhum direito à saudade ou à reversibilidade plena. Caracteriza-se pelo tempo da rua com seus movimentos desordenados e suas “arruaças”; às vezes tempo imoral de mudanças.

Quadro 03. Tempos da Migração

Saída do Presente (O ir)	Volta ao Passado (O viver)	Retorno ao Presente (O voltar)
Abandono da terra com a família, geralmente mulheres e crianças. Deixar os modos de vida.	Trabalho (colheita do café, corte da cana de açúcar, trabalho doméstico, etc.) geralmente alguma atividade que foi passada de pai para o filho. Novos modos de vida no trabalho.	A volta que garante a reprodução familiar.

FONTE: Guélmér Faria

Percebe-se ao longo do tempo que as famílias foram construindo estratégias de partida, permanência e reprodução. Cujas manutenções da terra e da família possam ser diminuídas sem ter que se dissolver. Entretanto, esse deslocamento espacial adquire significados distintos, ditados pelo atual contexto familiar. Batista (2010, p. 30) exemplifica como a situação de pobreza (saída para reprodução física do grupo), necessidade de progressão nos estudos (ampliação do capital cultural), casamento (saída para “juntar recursos”, voltar, construir residência, casar, constituir uma nova família), a saída para “conhecer o mundo”, vivenciar novos espaços, paisagens, lugares, cenas e cenários, entre outras.

É neste cenário que a região norte-mineira se insere dentro do quadro das migrações internas no Brasil. Para Paula (2003, p. 79) “é lugar onde a migração rural-urbana tem destaque em todo o país. É lugar do grande sertão, lugar de conflitos de terras, lugar da indústria da seca. É também o lugar das políticas públicas desenvolvimentistas que objetivaram a transformação da região e não transformaram a qualidade da vida da população sertaneja”.

Pensar nessa migração com enfoque no gênero, também se configura como tarefa difícil, já que são as mulheres e crianças que ficam para tomar conta da terra. Nunca são vistas como autônomas nos projetos migratórios, sempre são os homens a sair. Embora, Batista (2010) apontou em sua pesquisa que a saída das moças para Brasília (DF) e Montes Claros (MG) para trabalhar como domésticas são de famílias pobres, que não possuem rendimento estável, somada à dificuldade de obter trabalho na comunidade de origem.

Especialmente as mulheres solteiras elaboram um projeto migratório autônomo e no dizer de Maia (2000) também migram em resposta a necessidades individuais – expressas principalmente na necessidade de ganhar dinheiro e na “falta do que fazer no lugar” – mas também como estratégia auxiliar na reprodução social da unidade familiar, através da “expulsão” de um dos seus membros.

Logo, a diferenciação por sexo baseada na distinção biológica influencia direta ou indiretamente no projeto migratório. Além disso, é através da permanência das mulheres na casa, no “*lugar de origem*”, e do seu trabalho na terra que o retorno dos homens é garantido. Se as mulheres migram, perdem o elo com a terra e sua condição social se redefine. (MAIA, 2000).

Considerações Finais

Buscou-se neste trabalho contribuir para a visibilidade da componente feminina em contexto migratório interno, na perspectiva das relações de gênero e do trabalho. Algumas explicações para a mobilidade feminina se sobrepõe a emancipação das mulheres nas suas comunidades de origens, a predominância da “feminização da pobreza” e a segmentação do mercado de trabalho.

Partindo-se de dados concatenados entre o estudo feito pelo Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG) que integra o projeto de estruturação de um amplo Programa de Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base no Censo Demográfico de 2010 e uma pesquisa qualitativa local. A análise qualitativa revelou, por fim, importantes conexões entre essas esferas e, ainda especificidades das mulheres que migram internamente, sobretudo para atuar como trabalhadoras domésticas.

Quanto à percepção das relações de gênero um dos aspectos importantes da análise é a de que homens e mulheres passam por variadas experiências ao longo de suas trajetórias migratórias. Rechaçando a tese dos cálculos racionais individuais. O que há por trás das migrações femininas tem a ver com o curso da vida, com o empoderamento, ciclo de vida, estratégias, formação de redes dessas mulheres.

Por fim, “*desinvisibilizar*” o papel das mulheres nos movimentos migratórios é tecer duras críticas às teorias que não incorporaram as mulheres em seus modelos, analisar a segmentação do trabalho dentro de uma divisão sexual do trabalho, pois, às mulheres de origens mais desfavorecidas recai o trabalho doméstico, o trabalho do *care*⁵, a prostituição etc. Assim, incorporar as fontes de dados agregados, dimensões qualitativas como pano de fundo para as mudanças nos papéis desempenhados pelas mulheres. Há deste modo, um conjunto de questões importantes para as quais ainda se faz necessário encontrarem respostas: As mulheres surgem como agentes ativos ou passivos nos movimentos migratórios internos? Há destinos específicos para as

⁵ O “*care*” é representado por ocupações em que “o cuidado com o outro” ganha relevância por incorporar novas categorias profissionais. Cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição do *care*. Alguns estudos tem relacionado ao trabalho domiciliar (doméstico, cuidadores de idosos, cuidadores de crianças, etc.).

mulheres migrantes internas? Quais são os setores de inserção laboral? Como as fontes de dados trabalham metodologicamente com a componente feminina?

Referências

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

ANGELIN, P. E. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares**. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos, 2012.

BAENINGER, R. Migração, migrações. **Ideias**, Campinas (SP), nº. 2, nova série, 1º semestre, 2011.

BATISTA, E. H. A. **“Povos de Santana”: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

BRITO, F. **A transição para um novo padrão migratório no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015.

BOYD, M & GRIECO, E. **Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory**. Migration Policy Institute. Washington, 2003.

CASAGRANDE, L.S.; CARVALHO, M. G. Gênero: um conceito, múltiplos enfoques. **Cadernos de gênero e tecnologia**, ano 1, nº 1, p. 9-25, fev./mar./abr. 2005.

CHAVES, M. F. G. **Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981-1991**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

DA MATTA, R. **A Casa e A Rua**. Rio de Janeiro:Quanabara/Koogan,1991.

FÉLIX, J. F. **O trabalho doméstico de adolescentes: naturalização da exclusão e submissão**. Dissertação de Mestrado, 2010.

HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, nº 132, São Paulo, set./dez. 2009.

LISBOA, T. K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista de Estudos Feministas**, n. 3, v. 15, p. 805-821, Florianópolis, set./dez. 2007.

MAIA, C. J. “Lugar” e “Trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. 194 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, 2000.

MARQUES, J. C.; GÓIS, P. **A emergência das migrações no feminino**. Princípios, Cascais. 2012.

MASON, K. O. **Gender and demographic change: what do we know?** International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP), 1995.

MORALES, L. A. Mujeres jefas de hogar, características y tácticas de supervivencia. Una intervención desde el trabajo social. Espacio Editorial, Buenos Aires, 2004.

NETO, M. I. D.; NAZARETH, J. **Redes sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas**. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/315.%20redes%20sociais%20na%20experi%C3%ancia%20migrat%20ria%20de%20mulheres%20nordestinas.pdf>. Acessado em 23 de Outubro de 2012.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Trabalho digno para o trabalho doméstico**. [periódico da internet] 2010. [Acessado em 04/12/12] Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/europro/lisbon/pdf/pub_trabdomestico.pdf>

PACECCA, M. I.; COURTIS, C. gênero y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el ambá. **Pap. Poblac.**, vol.16 n° 63, Toluca, ene./mar. 2010

PAULA, A. M. N. R. **Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, norte de Minas Gerais: “a esperança de melhoria de vida”**. 151 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

PERES, R. **Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá – MS**. Campinas, SP, 2009.

PERES, R. G.; BAENINGER, R. **Espaços Migratórios na Fronteira: Imigração Boliviana e Gênero**. In: IV Congresso Paraguaio de População da Associação Paraguaia de Estudos de População. Assunção, 14 a 16 de novembro de 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. 5ª edição. Editora Moderna. 1999.

SERTÓRIO, L.B.; SANTOS, M. O. **Relações entre trabalho, educação, gênero e migração**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Lidiane_Bruno_Sertorio_e_Miriam_de_Oliveira_Santos_relacoes_entre_trabalho_educacao_genero_e_migracao.pdf>. Acessado em: 23 de março de 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez,1995.

SNIG. Sistema Nacional de Informações de Gênero. Estatísticas de gênero uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 33, Rio de Janeiro, 2014.

TAVARES, G. Q. Migração interna populacional e sua participação no desenvolvimento regional no final do século XX. 107 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública)- Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.